



**REENCONTROS  
NOVOS ESPAÇOS  
OPORTUNIDADES**

**XXXIV SIC** Salão Iniciação Científica

**26 - 30  
SETEMBRO  
CAMPUS CENTRO**

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2022
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	A nacionalidade e a restituição de bens culturais coloniais: reconstruindo o presente de um passado compartilhado
<b>Autor</b>	CARLA ADAMS BINS PERIN
<b>Orientador</b>	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

Os bens culturais coloniais não são objetos físicos ordinários, mas sim testemunhas de uma história de subjugação e de dominação. Definir a sua nacionalidade não é, pois, tarefa fácil, uma vez que significa determinar a quem pertence um passado compartilhado entre povos colonizados e seus colonizadores. É, contudo, atividade necessária, destacadamente para fins de determinação da restituição de objetos coloniais, questão que vem ganhando crescente atenção mundial. Embora seja descrito como potencialmente disruptivo, o processo restitutivo de bens culturais coloniais de propriedade pública, no qual figurem como partes Estados ex-colônias e ex-metrópoles, também tem a aptidão de ser transformativo. Ou seja, de melhorar a relação dos países envolvidos em uma disputa. Ainda não há, no entanto, solução jurídica apta a lidar satisfatoriamente com esta complexa questão. Assim, esta pesquisa tem por objetivo verificar a existência de critérios para a determinação da nacionalidade e da restituição de bens culturais coloniais que, se corretamente aplicados, possam tornar o processo restitutivo transformativo. Para tanto, empregam-se os métodos dedutivo, comparado funcional e factual contextualizados, bem como o método comparado histórico. Finalmente, como técnicas de pesquisa, faz-se uso da bibliográfica (revisão de literatura) e da documental. Com o auxílio da metodologia utilizada, conclui-se que o direito internacional já apresenta critérios objetivos para a determinação da nacionalidade e da restituição de bens culturais que, se devidamente ponderados e adaptados, podem ser aplicados à especial categoria dos objetos coloniais. Para que o processo restitutivo destes bens possa ser efetivamente transformativo, é essencial, todavia, que também sejam levadas em conta considerações morais e históricas.